

XXI Semana de Iniciação Científica da URCA

05 a 09 de novembro de 2018
Universidade Regional do Cariri

A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE NA APA DA CHAPADA DO ARARIPE

Júlia Leopoldino Silva¹, Cirlândia Firmino Bezerra², Laura Beatriz Santos Sousa³ Francisco Edmar de Sousa Silva⁴

Resumo: As profundas alterações promovidas nos ecossistemas planetários nos anos posteriores à revolução industrial ensejou, desde a segunda metade do século XIX um debate mais amplo sobre as estratégias de conservação da biodiversidade. Nesse esteio que foram criadas áreas protegidas no mundo inteiro. No Brasil, a partir da sanção da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000 (que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC), algumas áreas, em conjunto com outras áreas que já eram legalmente protegidas (Áreas de Proteção Permanente, Terras Indígenas, Terras Quilombolas), passaram a ser legalmente protegidas. Dois grandes grupos de unidades de conservação (UC) foram delineados: proteção integral (uso indireto) e uso sustentável (uso direto). As Áreas de Proteção Ambiental (APA) estão dentro do grupo de uso direito. Elas são criadas em territórios de ocupação consolidada e auxiliam no ordenamento dos processos de uso e ocupação. A APA da Chapada do Araripe foi criada com objetivo tácito de proteger a diversidade biológica, os ecossistemas e serviços ecossistêmicos, mediante implementação de um zoneamento das atividades socioeconômicas.

Palavras-chave: Biodiversidade. Unidades de conservação. Área de Proteção Ambiental.

1. Introdução

Os processos de uso e ocupação desencadeados indistintamente nos territórios rurais e urbanos têm causado um cenário de depleção bastante intenso e causado degradação em grande parte dos ecossistemas e dos serviços ecossistêmicos planetários.

Como decorrência do cenário descrito, a perda da biodiversidade é um fenômeno global sendo consequência direta de uma série de fatores de origem antrópica que agem de forma sistemática e interligada. Esses fatores atuam de forma distinta sobre os diferentes componentes da biodiversidade através da

1 Universidade Regional do Cariri, email: julialeopoldino20@hotmail.com

2 Universidade Federal do Cariri, email: cirlandiabezerra2014@gmail.com

3 Universidade Federal do Cariri, email: sousalbs14@gmail.com

4 Universidade Federal do Cariri, email: edmar.pinheiro@urca.br

XXI Semana de Iniciação Científica da URCA

05 a 09 de novembro de 2018
Universidade Regional do Cariri

redução e fragmentação dos habitats; caça e pesca predatória; uso de substâncias nocivas ao meio natural, especialmente utilizadas pela agricultura; despejo de esgoto residencial e industrial in natura nos corpos d'água; extrativismo demasiado; crescimento dos centros urbanos; avanços das áreas agrícolas, dentre outros. Assim sendo, o manejo e a conservação da biodiversidade, especialmente da sua conservação *in situ*, é um dos grandes desafios planetários (FONSECA; PINTO; RYLANDS, 1997). Gerir, de forma eficaz e eficiente, o patrimônio genético e as diversas formas de vida animal e vegetal é um processo urgente e complexo que exige a compressão de uma série de condicionantes de ordem natural e socioeconômica.

O estabelecimento de unidades de conservação tem se constituído numa importante ferramenta de conservação da biodiversidade. Entretanto, a ação isolada dos governos, sem a atenção devida aos critérios técnicos e científicos, além da dificuldade de recursos financeiros e humanos, tende a tornar mais árdua a tarefa de conservação da biodiversidade (ARAÚJO, 2012).

As Unidades de Conservação (UC) exercem papel decisivo na conservação da biodiversidade, notadamente na sua conservação *in situ*, pois elas ajudam a garantir a integridade de ecossistemas, espécies e populações no seu próprio local de ocorrência, bem como da cultura e da dinâmica populacional relacionadas a biodiversidade de um determinado espaço geográfico.

O Componente 2 da Política Nacional da Biodiversidade trata da conservação da biodiversidade *in situ* e *ex situ*. A supracitada legislação compreende que essas ações de conservação devem atingir a variabilidade genética, ecossistemas, serviços ambientais e de espécies ameaçadas ou com potencial econômico. O detalhamento do componente 2 faz referência a conservação da biodiversidade em ecossistemas que não foram constituídos como unidades de conservação e ecossistemas que foram contemplados com unidades de conservação, bem como a conservação de espécies, com especial revelo para espécies ameaçadas, tendo como objetivo reduzir a “erosão genética”.

O capítulo 15 da Agenda 21, que trata a conservação da biodiversidade, também aborda a temática da conservação *in situ* deixando

XXI Semana de Iniciação Científica da URCA

05 a 09 de novembro de 2018
Universidade Regional do Cariri

patente a necessidade de serem adotadas medidas que contemplem os ecossistemas e habitats naturais. Nesse mesmo sentido, incentiva a elevação do número de áreas protegidas, fazendo referência, dentre outros espaços, para a necessidade de se reforçar a criação de áreas protegidas nas “áreas úmidas vulneráveis”

Não obstante seja possível conservar a biodiversidade de maneira *in situ* ou *ex situ*, a conservação *in situ* assume tamanha importância que mesmo quando adotadas medidas de conservação *ex situ* essas não podem comprometer a conservação *in situ*, conforme consta na alínea d do artigo 9º da CDB:

Regulamentar e administrar a coleta de recursos biológicos de habitats naturais com a finalidade de conservação *ex situ* de maneira a não ameaçar ecossistemas e populações *in situ* de espécies, exceto quando forem necessárias medidas temporárias especiais *ex situ*.

As Áreas de Proteção Ambiental (APA) ajudam, quando bem desenhadas e manejadas, a conservar a biodiversidade *in situ*. Elas são instaladas em territórios onde a ocupação humana é antiga e, não raras vezes, com elevado gradiente de ocupação. Em linhas gerais, a sua implementação permite que os processos de uso e ocupação sejam ordenados através do delineamento de um Zoneamento Ambiental e do seu Plano de Manejo. Sendo assim, por mais que não guardem a mesma força de conservação de uma unidade de conservação de Proteção Integral, a APA cria condições favoráveis para a implantação de medidas de conservação e não deixa imensos territórios inteiramente desguarnecidos de qualquer normativa ambiental.

2. Objetivo

O objetivo principal desse breve ensaio é expor a importância da conservação *in situ* no âmbito das unidades de conservação, com foco no papel desempenhado nas Áreas de Proteção Ambiental.

3. Metodologia

Para fins de alcance do objetivo proposto a presente pesquisa se apresenta como exploratória nos moldes descritos por Gil (2008), assumindo a

XXI Semana de Iniciação Científica da URCA

05 a 09 de novembro de 2018
Universidade Regional do Cariri

forma de uma revisão bibliográfica, ambas tendo como fulcro uma maior familiaridade e aprofundamento na temática proposta. A referida revisão bibliográfica foi realizada em livros e sítios eletrônicos.

4. Resultados

A Área de Proteção Ambiental da Chapada do Araripe foi criada através de Decreto Federal (S/N), de 04 de agosto de 1997, perfazendo uma área total de 972.605,18 ha, conforme dados constantes no site do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). É uma UC de fundamental importância para a conservação de espécies da fauna e da flora, bem como dos ecossistemas e dos serviços ecossistêmicos a eles associados.

O principal bioma protegido é a caatinga. Entretanto, existe um mosaico fitogeográfico presente no território da referida unidade de conservação (cerrado, carrasco e mata atlântica). Em seu território existem registros da existência da Onça-parda (*Puma concolor greeni*), uma espécie ameaçada de extinção, bem como do Soldadinho-do-Araripe (*Antilophia bokermannii*), outra espécie ameaçada de extinção. Ademais, outras 16 espécies da fauna estão na lista de ameaçadas de extinção. Todas elas necessitam, para maior sucesso em termos de proteção, de territórios amplos e conservados. Por isso, a importância da manutenção da APA da Chapada do Araripe.

Não obstante toda a sua riqueza biológica (fauna e flora), a presença de sítios cênicos, arqueológicos e paleontológicos, além de uma riqueza cultural enorme, a APA da Chapada do Araripe, em função da sua grande extensão territorial e a existência de um contingente de funcionários não correlato, acaba por apresentar deficiências significativas na fiscalização de atividades socioeconômicas nefastas a salubridades dos ecossistemas naturais.

A presença de desmatamento e queimadas, a caça ilegal, o tráfico de animais e fósseis, bem como a supressão de vegetação ciliar nas nascentes e parques cursos d'água existentes criam grande pressão ambiental. Ademais, a expansão urbana sobre os flancos da chapada do Araripe favorece uma chegada cada vez mais próxima dos limites da APA.

XXI Semana de Iniciação Científica da URCA

05 a 09 de novembro de 2018
Universidade Regional do Cariri

5. Conclusão

Da discussão engendrada ao longo desse breve ensaio depreende-se que os ecossistemas e os serviços ecossistêmicos estão sendo submetidos a intensos processos de depleção em função do avanço dos processos de uso e ocupação no campo e nas cidades sem a devida preocupação com a dinâmica dos processos naturais.

A APA da Chapada do Araripe, com mais de 20 anos de criação, precisará passar por um processo de revigoração dos seus pressupostos de conservação, especialmente no que tange à elevação da suas condições de fiscalização, bem como de conservação da sua biodiversidade. Deverá ser considerada, também, a conservação dos sítios arqueológicos e paleontológicos, além da riqueza cultural dos mais variados povos que habitam o território da referida unidade de conservação.

6. Agradecimentos

Agradecimentos a Universidade Regional do Cariri – URCA pelo financiamento da presente pesquisa.

7. Referências

ARAÚJO, M. A. R. A biodiversidade e sua importância. In: NEXUCS (Org.). **Unidades de Conservação no Brasil: O caminho da Gestão Para Resultados**. São Carlos, SP: RIMA, 2012. 536 p.

BENSUSAN, N. **Conservação da Biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2006.

FONSECA, G.A.B.; PINTO, L.P.S.; RYLANDS, A.B. **Biodiversidade e unidades de conservação**. Anais do Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, Vol. I - Conferências e Palestras. pp. 189-209. Curitiba, 15 a 23 de novembro de 1997. Universidade Livre do Meio Ambiente, Rede Pró- Unidades de Conservação & Instituto Ambiental do Paraná, Curitiba.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.